



GUERRAS FRATRICIDAS E INIMIGOS ÍNTIMOS: CONVIVÊNCIAS, TENSÕES E APAZIGUAMENTOS ENTRE OS HERÓIS E HEROÍNAS DO PANTEÃO DE BRASÍLIA

Cláudio J. Carvalho Neto

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Ceará (UFC)

claudiocarvalhohist@gmail.com

Fruto da pesquisa em desenvolvimento, em nível de Doutorado, este artigo é um recorte que parte da análise das personagens que compõem a lista dos Heróis e Heroínas da Pátria que foram admitidos, pelo Estado brasileiro, no Panteão de Brasília. Esse conjunto de indivíduos, formado pelas figuras panteonizadas por lei que compõem esse “olimpó” nacional, comporta em sua heterogeneidade interpretações distintas não apenas das narrativas da História do Brasil, como também múltiplos conceitos de heroísmo e visões antagônicas acerca das personagens e dos eventos marcantes da história brasileira.

Antes, porém, de nos aprofundarmos no rol dos panteonizados, primeiro é preciso ter em mente o que é o Panteão de Brasília e como funciona essa instituição *sui generis*, que não se assemelha nem ao “cemitério, [...] nem igreja, nem museu, [...] nem arquivos”, mas que figura, de um modo singular, como um abrigo, um altar comum, destinado a ser a “ morada dos grandes homens, que se tornou um espaço centrado sobre si mesmo, fechado, severo e grandioso” (OZOUF, 1997, p. 165, tradução nossa)¹.

Herdeiro do conceito da Antiguidade que criou um altar comum para as múltiplas divindades das religiões politeístas, os primeiros modelos de Panteão eram templos de caráter místico-religioso. Exemplo ícone do Panteão da Idade Antiga é o prédio que abriga a igreja dedicada à Santa Maria e aos Mártires, em Roma. Esse culto comum aos mártires cristãos reatualiza a função primeira do edifício que é popularmente conhecido como o Panteão de Roma, edifício bimilenar situado em frente à *Piazza della Rotonda*, um dos mais visitados pontos turísticos da “cidade eterna”.

¹ “Ni cimetière, [...] ni église, ni musée [...], ni jardin [...], ni archives [...], la demeure des grands hommes est devenue un espace replié sur lui-même, clos, sévère et grandiose”.



No continente europeu, outro Panteão figura como um monumento quase tão conhecido e visitado como o remanescente da Roma Antiga, o Panteão de Paris. No contexto do Iluminismo, e mais especificamente da Revolução Francesa, o repertório das culturas helênicas e romanas, com seus conceitos políticos e modelos arquitetônicos, inspiravam os debates filosóficos e políticos que tão fortemente transformaram o final do século XVIII e o começo do século XIX.

Durante a Revolução Francesa, é justamente sob a influência desses resgates à antiguidade greco-romana que surge o Panteão de Paris em 1791, quando da morte de Mirabeau. Após os ataques à Catedral de Notre-Dame e às criptas régias da Abadia de Saint-Denis, derrubadas a sacralidade e a inviolabilidade da monarquia absolutista, os homens da revolução sentem a necessidade da elaboração de novos ícones, da edificação de novos monumentos e da produção de uma memória e de uma história nacional que sigam os preceitos revolucionários.

Do mesmo modo que foi instituído o calendário revolucionário — que a um só tempo fundava uma nova era e laicizava e secularizava a medição da passagem do tempo —, também foi preciso construir novos altares, ritos e liturgias para o novo regime republicano.

Esse ideal republicano encontra-se, então, no cerne da criação do Panteão da Idade Contemporânea, como apontam tanto Armelle Enders (2014) quanto Ricardo Oriá (2014; 2015; 2019). O Panteão de Paris inaugura a tradição republicana da necrópole cívica dos eleitos pela Pátria. Com um tom laico, austero e oficial, quase que burocrático, o Panteão Republicano expulsava a Igreja, o catolicismo e o “sobrenatural” ao dessacralizar os reis, os templos religiosos e os corpos régios, porém acionava, para essa nova “era” nascente, todo um sistema também místico e divino, de incensos e altares, voltados às liturgias dos novos Estados Nacionais.

Em seus estudos sobre cultura política, Ginzburg (2014, p. 30) ressalta, ao pensar o processo revolucionário francês, que “a secularização não se contrapõe à religião: invade-lhe o campo”. Assim, no processo de criação do Panteão, podemos observar que o místico, que em um primeiro momento foi atacado, logo foi reapropriado pelos revolucionários. Entendemos então que “essa invasão da esfera do sagrado prosseguiu e, em formas contraditórias” (2014, p. 59). O autor compreende que a secularização é um



“fenômeno nascido na Europa e depois alastrado no mundo, mas que está muito longe de ter vencido sua batalha” (*Ibidem*). E, ao contrário, aponta como “sempre que possível, o poder secular se apropria da aura (que também é uma arma) da religião” (*Ibidem*). Dessa forma, observamos como o processo revolucionário, após pôr abaixo os reis católicos da fachada de Notre-Dame e esvaziar as criptas reais de Saint-Denis, criou, para si, um altar consonante com seus ideais de república e cidadania.

Numa indisfarçada intenção de preservar e honrar a memória dos próprios revolucionários, e motivada pela morte de Mirabeau, a Assembleia Nacional Constituinte da França se apropria da construção da nova Igreja de Sainte-Geneviève de Paris, redesignando o edifício como Panteão Nacional, voltado a receber os restos mortais dos panteonizados sob um templo que apresenta sua missão na sentença de seu frontão: “Aos Grandes Homens, A Pátria Reconhecida”².

Surge, assim, no alvorecer da Idade Contemporânea, um novo tipo de Panteão, o Panteão Nacional Político, voltado à deificação não apenas das figuras destacadas dos indivíduos ilustres passados nacionais; mas observamos também uma elevação ao grau de divino, e mesmo de eterno, dos próprios regimes políticos responsáveis pelas panteonizações, em um jogo de mutualidade no que diz respeito à manutenção de uma perenidade, tanto das homenagens e da memória como dos Estados por elas responsáveis.

Com isso, podemos notar como o Panteão político inaugurado em 1794 promove um ciclo completo da homenagem ao novo sujeito da História, ao selecionar um “cidadão comum” (independentemente de sua origem ou filiação), que passa a ser reconhecido por seus compatriotas como digno, por meio de uma elevação operada pelo Estado e pela política. Assim, tanto os representantes eleitos como o conjunto da comunidade nacional celebram e monumentalizam não apenas o “cidadão comum” do passado, mas todo o sistema político e social que busca se afirmar como capaz de formar gerações seguidas nas quais os destacados “cidadãos comuns” possam continuar a contribuir com a pátria e com a coletividade e, com isso, seguir preenchendo a necrópole do Panteão de Paris. O regime político da República faz-se então criador e criatura, sacralizado(r) e panteonizado(r), doravante, lastreado e ancorado sobre o peso moral e simbólico da

² “Aux Grands Hommes La Patrie Reconnaisante”.



assembleia das figuras notáveis que habitam o Panteão nacional inaugurado como monumento símbolo desse regime.

Na esteira do Panteão de Paris, outros panteões nacionais passam a também consagrar seus cidadãos e seus regimes políticos, tal como observamos em Portugal, com a criação de um Panteão Nacional, em 1966. E mesmo na Itália, que ao acolher os restos mortais dos antigos reis responsáveis pela unificação do Reino da Itália, também acabou por politizar seu antigo panteão religioso. Nas Américas, encontramos exemplares de panteões nacionais no Paraguai, na Venezuela, na República Dominicana, no Haiti, no Chile, além do exemplar brasileiro, situado na cidade de Brasília.

O Panteão de Brasília foi construído em 1986 no epicentro político da Capital Federal. Integrado à Praça dos Três Poderes na direção Leste, o monumento soma-se aos palácios dos poderes da República. Se a analogia evocada por Guimarães Rosa faz menção à uma “terceira margem do rio”, podemos dizer que, integrado aos prédios do Palácio do Planalto, ao Palácio do Congresso Nacional e à sede do Supremo Tribunal Federal, o Panteão de Brasília representa a elevação da memória, da nacionalidade e dos heróis e heroínas da pátria a um “quarto poder”. O monumento surgiu no contexto do luto nacional decorrente da morte do presidente Tancredo Neves, em 1985. Após o longo suplício que levou a óbito o primeiro presidente civil eleito em mais de 20 anos, a Nova República, durante o governo de José Sarney, decidiu por criar um monumento voltado ao presidente que não tomou posse, agora elevado ao mito de “fundador” do novo regime. Inaugurado para dar morada aos heróis eleitos pela Nova República, o novo Panteão seria uma “tábula rasa” para a criação de uma narrativa histórica, que apelasse à memória e à identidade nacional, com a manutenção e exaltação dos ideais republicanos e democráticos.

Uma vez que até hoje a cidade de Brasília não conta com um museu de história, ou um memorial de direitos humanos, ou algum “Lugar de Memória” voltado à luta pela democracia, que faça alusão aos autoritarismos e crimes do período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o Panteão acaba por figurar como o principal monumento político inaugurado após a Redemocratização e a volta do regime democrático no Brasil.

Assim, somam-se a Tancredo Neves, homenageado no memorial que ocupa o primeiro andar do Panteão, a inclusão do Livro de Aço, no segundo andar do monumento,



onde são gravados, no ano de 1989, os nomes de Tiradentes e de Marechal Deodoro, em celebração ao centenário da Proclamação da República e ao Bicentenário da execução do alferes.

Da abertura do Panteão de Brasília, em 1986, até hoje, no meio do ano de 2023, foi aprovada a entrada de 78 indivíduos no rol dos heróis e das heroínas oficialmente reconhecidos pela pátria.

O processo legislativo começa com a indicação de uma proposta de nome por um parlamentar, pelo poder executivo ou por iniciativa popular. Depois seguem-se os debates e as votações nas casas do Congresso Nacional para, por fim, se aprovados pelo legislativo, os nomes serem homologados pelo presidente da República.

Exatamente por se tratar de uma lista composta a tantas mãos, em um processo contínuo que já vem ocorrendo há quase 40 anos, observamos que o conjunto dos Heróis e Heroínas da Pátria que compõem o Panteão de Brasília, longe de ser harmônico e homogêneo, é composto por tensões e conflitos. Ocorre, porém, que a operação da escrita de uma história oficial, pelo Estado, por meio da monumentalização não apenas da História, mas dos próprios personagens, resulta em um monumento com uma narrativa apaziguadora e silenciadora, que busca impor uma convivência, de aparência natural, aos panteonizados da história nacional.

Com a atenção focada nesses conflitos e tensões que povoam o Panteão de Brasília, observamos a convivência de personagens e eventos que podem ser definidos como guerras fratricidas da História do Brasil. Figuras homenageadas, que habitam páginas vizinhas no mesmo Livro de Aço, mas que em vida foram inimigos, ou mesmo chegaram a lutar em lados opostos nos campos de batalha.

Partindo do conceito operado por Benedict Anderson (2008, p. 271) de guerras fratricidas, constante no capítulo *Memória e esquecimento* (*Ibidem*, p. 256-280), podemos trazer para nossa análise os exemplos europeus de como os Estados Nacionais trabalharam, na contemporaneidade, para a conformação e assimilação do “fratricídio tranquilizador” na construção dos discursos das histórias das nações.

O autor aponta uma série de eventos e de conflitos nacionais fratricidas e a construção de memória operada sobre eles ao citar como exemplo o caso norte-americano



que promove, incessantemente, uma indústria de “lembrar/esquecer as hostilidades de 1861-65 como uma grande guerra ‘civil’ entre ‘irmãos’, em vez de (como foram por um breve tempo) dois estados nacionais soberanos” (*Ibidem*, p. 274). Ou ainda, no exemplo inglês, o caso dos manuais de história que criam e edificam como o “pai fundador” da Inglaterra, Guilherme, o Conquistador, frente a essa verdadeira operação de apagamento, pela elipse, das arestas e das violências de outrora, Anderson propõe a capciosa questão à figura de *William the Conqueror*: “conquistador” de que? Uma vez que “a única resposta inteligível moderna seria “Conquistador dos ingleses”, o que converteria o velho predador normando num precursor mais bem-sucedido de Napoleão e de Hitler” (*Ibidem*). Esses processos de silenciamento das antigas violências, deixadas nas sombras, ocorrem frente ao brilho do epíteto, da homenagem.

No Panteão de Brasília, encontramos também casos que guardam paralelos com esses exemplos. Se consultarmos o registro da homenagem, no Livro de Aço, ao Marechal Manuel Luís Osório, encontraremos o seguinte texto: “Pacificador da Causa Separatista na Região Sul”. Assim o herói é apresentado, sem nenhuma menção à Guerra dos Farrapos (1835-1845) da qual participou não apenas Marechal Osório, mas vários outros militares do período do Império também homenageados como heróis pelo Panteão.

Cabe evidenciar que, curiosamente, convive com esse grupo de militares que combateram na Guerra dos Farrapos, a figura da heroína, também panteonizada, Anita Garibaldi. Porém, no caso da revolucionária, o texto que acompanha seu nome no Livro de Aço também opera uma elipse, ao não apresentar vinculação da heroína com sua participação na Farroupilha. No Livro de Aço, consta apenas o texto genérico “Revolucionária em lutas de ideais de justiça e democracia no Brasil”.

Tal como Anderson indica, o silêncio ocorre, justamente, sob os epítetos, tais como “O Conquistador”, “O Pacificador” e “Revolucionária”. Semelhante ao que ocorre na França com o evento dos Massacres de Saint-Barthélemy, no qual o próprio conceito opera a elipse dos antigos conflitos e das violências outrora perpetradas. Desse modo, os eventos são apresentados de tal forma que promovam, ao mesmo tempo, uma memória e um esquecimento. Um paradoxo, pois ocorre um acionamento da memória, para a recordação dos eventos, e uma convocação tácita para os silenciamentos, esquecimentos e apaziguamentos que as próprias nomenclaturas indicam.



Esse apelo, segundo Anderson, é operado quando da nomeação do evento da Saint-Barthélemy, no qual consta a demanda, implícita, dos termos assim abrangentes que são representados como um só, e “indistintamente que matou e quem morreu - isto é, aqueles católicos e protestantes [...] que certamente não se sentiam num mútuo aconchego enquanto ‘franceses’” (2008, p. 273), apesar de a nomenclatura coletiva unificá-los nesse mesmo termo comum voltado à nacionalidade. Por trás da escolha desses conceitos, estaria a busca pelo efeito de “representar os episódios dos gigantescos conflitos religiosos europeus da Idade Média e do começo da Idade Moderna, como guerras tranquilizadoras fratricidas entre [...] conterrâneos franceses” (*Ibidem*).

Posto isso, podemos então perceber que ocorre o estabelecimento de uma

campanha historiográfica sistemática, empreendida pelo Estado sobretudo através do sistema de ensino público, para “lembrar” toda a juventude francesa de uma série de carnificinas antigas agora inscritas como “história de família”. Dever “já ter esquecido” tragédias que precisam ser incessantemente “lembradas” revela-se um mecanismo típico na construção posterior das genealogias nacionais. (ANDERSON, 2008, p. 274).

Assim, torna-se possível, por analogia, mencionarmos que também o Panteão de Brasília acolhe nas Páginas do Livro de Aço e na lista dos heróis e das heroínas da Pátria panteonizados, figuras que compõem e povoam a História Nacional e uma certa genealogia nacional enunciada pelo monumento. E, assim como nos casos europeus aludidos na obra de Anderson, também podemos destacar personagens do Panteão brasileiro que figuraram nas “Guerras Fratricidas” da História do Brasil.

Ao atentarmos para os empreendimentos de memória e comemorações operados pelo Estado, que visam exatamente difundir os nacionalismos e consolidar as identidades nacionais, observamos que tal qual referido por Anderson, também no Brasil podemos perceber que é comum, ao voltamos nossa atenção para o passado, encontrar disputas internas, conflitos territoriais ou regionais, que antagonizaram populações que depois passaram a integrar e compor o mesmo Estado Nacional.

Anderson aponta como é delicado o trato com essas “Guerras Fratricidas”, pois as personagens cravadas na memória, referentes a essas disputas, são, no mais das vezes, inimigos íntimos das personagens selecionadas e celebradas do outro lado da trincheira.



No caso do Panteão de Brasília encontramos os seguintes casos de “fratricidas” e “inimigos”, que evidenciam a existência de uma operação de polimento e de silenciamento das violências, das inimizades e dos conflitos de outrora. Marcas desse empreendimento que busca calar sobre as contendas do passado fazem-se perceptíveis na análise dos pequenos textos de apresentação, que acompanham o nome dos panteonizados.

Por ordem de aparição no Livro de Aço, citamos a contenda entre a figura do imperador Dom Pedro I, que convive, no Panteão de Brasília, com os heróis Frei Caneca e Bárbara de Alencar, duas figuras proeminentes da Confederação do Equador, que em 1824 almejou separar porções do nordeste brasileiro do Império do Brasil, recém-criado por Pedro.

Frei Caneca é indicado nas páginas do Livro de Aço como “Ativista na Revolução Pernambucana de 1817”. A opção é vincular o herói ao movimento mais antigo, de 1817, no qual o religioso e seus correligionários desafiaram a Coroa Portuguesa e a dominação colonial. Calando assim sobre sua participação na Confederação do Equador. A contenda e a disputa ficam fixadas na tensão entre Brasil e Portugal, não entre o Imperador e o frei subversivo executado por ordens do Império.

Também o texto que apresenta Bárbara de Alencar silencia sobre o movimento separatista da Confederação do Equador, ao anunciar Bárbara como “a primeira prisioneira política do Brasil”. A prisão política, dessa forma apresentada, não indica contra qual política se insurgiu a personagem. Encontra-se omitida sua oposição à administração do Estado brasileiro imperial de Pedro. A prisão de Bárbara é simplesmente “política”, porém a questão política é ocultada, sem a citação ao estado centralizador do Império do Brasil.

Tal qual o efeito construído com a menção francesa à Saint-Barthélemy, citado por Anderson, a prisioneira política não tem inimigos nem aliados, causas nem bandeiras defendidas. Tudo silencia, e parece calar, frente ao brilho das homenagens.

Outro exemplo das inimizades é visível quando nos debruçamos sobre as panteonizações dos militares do período imperial. A entrada nas páginas do Livro de Aço do Panteão de Brasília, de personagens como Luís Alves de Lima e Silva, resulta em



diversas tensões e na convivência conflituosa não apenas das personagens, mas das concepções sobre a História do Brasil.

O militar, que foi agraciado pelo Império com o título de Duque de Caxias, por conta de suas ações no campo de batalha na guerra travada entre o Brasil e o Paraguai, foi chamado pelos defensores do Império de “O Pacificador”, devido sua atuação nas ações militares que suprimiram levantes internos, de oposição ao governo monárquico, como a Revolta da Balaiada (1839-1841) e, em especial, a Revolução Farroupilha (1835-1845).

Junto ao Marechal Lima e Silva, apresentado no Livro de Aço como o “Patrono do Exército”, lutaram contra a Revolução Farroupilha outros militares que também foram panteonizados, como Marechal Manoel Luís Osório, apresentado como “Pacificador da Causa Separatista na Região Sul”, e o Brigadeiro Antônio de Sampaio, indicado como “Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro”. Esses três heróis panteonizados atuaram no empenho militar que enfrentou, em nome do Império do Brasil, as batalhas da Revolução Farroupilha, contra a fundação da República Rio-Grandense.

Do lado oposto do front de batalha, junto aos republicanos gaúchos, encontrava-se Ana Maria de Jesus Ribeiro, a Anita Garibaldi. Tal como já foi comentado, entre as homenagens aos militares não há citação direta à Guerra dos Farrapos, o mais próximo disso é a alusão, indireta, que apresenta Marechal Osório como “Pacificador da Causa Separatista na Região Sul”. Semelhante ao silenciamento que ocorre na apresentação dos militares, o curto texto que apresenta Anita Garibaldi não menciona seu posicionamento político. A heroína é apresentada, de modo genérico, como “revolucionária em lutas de ideais de justiça e democracia no Brasil”.

Na Europa esses polimentos, silenciamentos e apaziguamentos dos fratricídios tranquilizadores dos passados nacionais obtiveram sucesso ao permitir a convivência das figuras dos inimigos, em casos extremos. Anderson comenta como a conquista normanda da Inglaterra transformou-se em um evento pertencente à uma história comum compartilhada. Assim, tornou-se possível a convivência do “normando Guilherme e o saxão Haroldo [...] se não como parceiros de dança, pelo menos como irmãos” (ANDERSON, 2008, p. 275).



Uma variante brasileira para essa colocação proposta por Anderson pode ser também na História do Brasil que encontra morada no Panteão de Brasília. Afinal, a intenção é justamente essa: criar e forjar unidades, buscando apaziguar conflitos internos tanto no passado como no presente, em nome de uma suposta causa nacional comum.

Essa esperança de uma primordial e inquebrantável fraternidade, de um “aconchego enquanto brasileiros” que aliviasse a carga da violência dos eventos, ressoa nas interpretações historiográficas das disputas em torno do projeto de centralização do poder político do Estado e manutenção da unidade nacional no Brasil. Contenda que opôs o Império do Brasil, com o apoio das elites políticas e a constante atuação do Exército e da Armada do Império, aos movimentos regionais, populares, sociais ou separatistas que ocorreram no Brasil, seja durante o projeto colonial português, no pós-Independência, durante o período imperial ou no atual regime republicano.

Um último caso de inimizades antigas, que hoje convivem no Panteão de Brasília, faz referência a personagens não mais do período imperial, mas do Brasil República. Encontram-se panteonizados como Heróis da Pátria no Panteão de Brasília os nomes de Mario Martins, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes e Camargo de Andrade, apresentados no Livro de Aço como “Heróis Paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932”. Novamente, a nomenclatura associada às personagens homenageadas opera uma dupla função de “esquecer e lembrar”. Esquecer quando silencia sobre a violência de outrora e as mortes decorrentes dos conflitos entre a sublevação de São Paulo e o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Por outro lado, lembra e convoca ao exercício da memória, justamente ao acionar a rememoração e a celebração das comemorações voltadas aos mártires de 1932, das vítimas dessa violência silenciada.

Nesse jogo de “lembrar e esquecer”, e graças a ele, o Panteão abriu suas portas e inscreveu no rol dos heróis, junto aos quatro mártires, o nome do ex-presidente Getúlio Vargas. Esquecendo-se e silenciando sobre os ideais fundantes do monumento e do contexto do período final da Ditadura Civil-Militar. Ao panteonizar o antigo ditador, as propostas iniciais de celebração e preservação da democracia e da cidadania apresentadas pela Nova República foram deixadas de lado pelo Estado brasileiro.

As tensões e a inadequação da homenagem tornam-se visíveis quer coloquemos Getúlio ao lado das figuras dos quatro mártires paulistas, quer pensemos a homenagem



no contexto e na proposta inerente ao monumento. O caso da panteonização de Getúlio Vargas parece-nos o mais difícil de “conciliar”, “tranquilizar” ou “apaziguar”, uma vez que o ex-presidente foi responsável não apenas por um autogolpe, mas também se perpetuou no poder durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945), utilizando-se da violência, da censura, da tortura e do arbítrio durante esse período. Parece-nos inaceitável tamanho silenciamento, que busca apaziguar o derramamento de sangue de brasileiros por brasileiros, quando as ordens do então Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) resultaram no fratricídio de 23 de maio ocorrido em São Paulo.

Vemos que o Livro de Aço, por meio da aprovação do nome de Getúlio Vargas, cedeu espaço, ao mesmo tempo, para uma narrativa de luta pela democracia e para a historiografia de origem paulista, com a perpetuação da memória pela lembrança dos nomes dos “Heróis Paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932”, assim como acolheu também uma perspectiva histórica que naturaliza o autoritarismo político brasileiro, ao silenciar sobre a Ditadura do Estado Novo, apresentando Getúlio Dornelles Vargas simplesmente como “Presidente da República criador de importantes Leis Trabalhistas”.

Assim, os quatro jovens que faleceram na luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que pusesse limite aos poderes concentrados no executivo governado por Vargas encontram-se agraciados na página seguinte à inscrição que homenageia justamente Getúlio Vargas, alvo dos protestos dos jovens, como responsável pela repressão que resultou no assassinato dos quatro paulistas.

Questionamos, então, se de fato caberia nas páginas do Livro de Aço guardado no Panteão de Pátria a homenagem às figuras autoritárias ou não democráticas, aos que se opuseram ao povo brasileiro e o silenciaram, que na figura de imperador, de ditador ou de militar. Afinal, os ideais de liberdade, democracia e cidadania não deveriam fomentar homenagens justamente aos que se levantaram e se manifestaram, no seio do povo brasileiro, em favor das camadas mais populares e desfavorecidas?

Podemos citar o questionamento à panteonização de Getúlio Vargas presente no artigo de Léa Maria Carrer Iamashita (2021), “Panteão da Pátria: sentidos e significados da criação de um “lugar de memória” para os heróis da nação brasileira, ao final do século XX”. Em seu texto a autora, ao apresentar o vínculo que o Panteão deve guardar com o



conceito de democracia, aponta como sendo inconcebível a “eleição do nome de Getúlio Vargas como herói nacional” (IAMASHITA, 2021, p. 9). A autora ressalta que, a despeito de qualquer projeto de modernização do país, Getúlio ainda assim é um “líder político autoritário, que inclusive implantou uma ditadura com apoio militar, que durou oito anos” (*Ibidem*). Logo, ao monumento que busca figurar como marco do fim de um regime ditatorial, e como símbolo da Nova República, seria imperioso, segundo Léa Carrer: “ênfatizar que o autoritarismo, a ditadura, não é válida para o Brasil, em situação alguma”, pois “atentar contra a democracia não é aceitável ainda que seja para produzir modernização, progresso econômico” (*Ibidem*).

Essa questão da adequação, ou não, da figura de Getúlio Vargas é um dos sintomas que decorrem de uma falta de definição e da escolha de parâmetros que regem e organizem o funcionamento do Panteão de Brasília. Como comentamos, as mais distintas e díspares noções não apenas de história, mas do próprio conceito de heroicidade, acabam por encontrar abrigo no monumento, uma vez que seus contornos e delimitações são difusos e opacos.

Ao longo de nossas pesquisas, observamos que o Panteão não apresenta uma indicação clara de sua nomeação. Tanto nos textos legais, como nas placas e nas indicações turísticas que a ele fazem referência, observamos que o próprio nome do monumento varia, no que diz respeito aos conceitos arremetidos em sua apresentação, alternando-se os ideais de *Pátria, Nação, Liberdade e Democracia*.

Apesar de nossa escolha metodológica de apresentarmos o monumento como Panteão de Brasília, as 63 leis de panteonização alternam em nomear a instituição de dois modos mais recorrentes: “Panteão da Liberdade e da Democracia” (ocorrência registrada em 18 leis) e “Panteão da Pátria e da Liberdade” (como consta em 37 leis).

Deixando as inscrições dos textos legais, observando as placas e os textos de referência do monumento, notamos a persistência da indefinição: a placa na Praça dos Três Poderes aponta para o “Panteão da Pátria – Tancredo Neves”. Alguns metros depois, em direção Sul, há uma coluna — feita de mesmo material e com a mesma cor do revestimento de pedra clara que vemos tanto no Panteão, quanto na placa — em que o monumento é apresentado como “Panteão da Pátria e da Liberdade TANCREDO NEVES”.



Já no Livro de Aço, encontramos nas palavras do ex-presidente José Sarney, na “folha de apresentação”, os conceitos de “Liberdade e Pátria”. Enquanto no trecho assinado por Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal na época da inauguração do monumento, lemos: “Este PANTEÃO DA PÁTRIA, que tem o nome de TANCREDO NEVES, é monumento inspirado nos ideais de liberdade e de democracia do Fundador da Nova República”, novamente fazendo alusão ao binômio Liberdade e Democracia. Além de compor um cenário confuso, essa indefinição da nomenclatura indica a falta de normas e conceitos que definam e denotem as intenções do monumento. O debate entre esses termos, longe de ser uma simples questão de vocabulário, é sinal de uma disputa, de um debate, em torno de conceitos que são centrais para as pesquisas historiográficas.

Ao observarmos que, a despeito das várias formulações, existem dois segmentos mais constantes, que parecem se disputar, podemos compreender que a tensão se dá entre os binômios que ligam o Panteão aos ideais de “Pátria e Liberdade” e, por outro lado, os que atrelam o monumento aos conceitos de “Liberdade e Democracia”.

Mesmo a opção pelo vocábulo “Liberdade”, mantido nas duas fórmulas, pode ser operada de formas distintas, o que também denota uma disputa pelo conceito. Uma vez que a Liberdade pode ser entendida tanto pela ótica liberal, da meritocracia e da república dos talentos, como pelo prisma da leitura social, da Liberdade pelo signo da não sujeição às opressões, das liberdades fundamentais dos indivíduos e das garantias das liberdades essenciais da Democracia.

Ainda mais contundente é a disputa entre os conceitos de Pátria e de Democracia. Ao selecionar o conceito de Pátria como definidor do Panteão, este passa a figurar como um monumento que tem suas origens ligadas ao mito fundador de 1808, abarcando assim uma reverência à história nacional que inclui não apenas o Império, mas as políticas oficiais do período imperial, como a questão da manutenção da unidade do território e do regime escravocrata, com isso, o Panteão de Brasília, diferindo da tradição dos Panteões Políticos Contemporâneos, afasta-se um tanto dos ideais republicanos, ao abrir espaço para abraçar também a História e as personagens do período do Império, ligados às elites políticas e econômicas e distantes das camadas populares.



Já o conceito de Democracia não apenas arregimentaria as personagens que lutaram pelo regime democrático, como tornaria vedada a entrada de figuras que tenham atentado contra a Democracia. A vinculação expressa do compromisso com o ideal democrático, com a escolha do conceito para integrar o nome do monumento, marcaria esse compromisso com a Democracia. Assim, ainda que figuras do período imperial fossem panteonizadas, seriam as personagens insurgentes, os opositoristas, os que lutaram contra os autoritarismos e a favor das causas populares que alcançariam o Panteão. Dessa forma, acreditamos que, ao ligar-se inseparavelmente do conceito de Democracia, o Panteão de Brasília inscreveria entre seus homenageados apenas heróis que lutaram pela Nação/Pátria, pela Liberdade e Independência, mas também pela Democracia. Excluindo assim qualquer figura histórica que, a despeito do regime político, ou do período histórico, tenha se levantado contra os ideais de Democracia.

Observamos que se disputam no Panteão visões e concepções de História do Brasil, além de tradições historiográficas, que acabam pondo em cena uma disputa do Panteão pela República e pela memória do Império, sob o signo disputado da Pátria. Tais tensões, como vimos, chegam a afastar o Panteão de Brasília do conceito fundamental dos Panteões da contemporaneidade, que é justamente o republicanismo.

Parece-nos claro que esse desconforto, ou mal-estar, advém da contínua dificuldade do Estado brasileiro não apenas em garantir e consolidar sua “Democracia” e o Estado Democrático de Direito. Mas também da aparente incapacidade desse mesmo Estado em impedir a proliferação dos autoritarismos e dos desmandos. Acreditamos que daí decorra a dificuldade que o binômio “Liberdade e Democracia” enfrentou, perdendo espaço para os conceitos de “Pátria e Liberdade”.

Faltam legislações e normas, é verdade, mas principalmente parecem faltar estudos e debates. A despeito do tanto que foi comentado aqui, é preciso explicitar o nível de desconhecimento do qual o Panteão de Brasília padece, figurando, em certa medida, como um monumento quase desconhecido, não apenas do grande público, mas mesmo entre profissionais da História.

Acreditamos que todas essas tensões e dificuldades ocorreriam ainda que o Panteão desfrutasse de grande prestígio e notoriedade, e mesmo que legislação e balizas buscassem da forma ao conteúdo. Afinal, também em outros exemplos de panteões



nacionais no estrangeiro registamos a ocorrência de embates nas homenagens e panteonizações.

As questões problemáticas residem, segundo o que observamos até aqui, não na falta de reconhecimento ou de regramento legal ou jurídico, mas na carência de debates públicos, de participação popular e de ampliação e democratização não apenas das homenagens, mas dos homenageados. A verdadeira disputa, acreditamos, não reside na tensão entre os já panteonizados, mas nos processos e embates entre os grupos e parcelas da sociedade que conseguem, ou não, lograr êxito na panteonização de seus personagens.

Para que o monumento seja eficiente e consiga, de fato, atingir seus objetivos, o caminho que antevemos é o de ampliar a participação, buscando democratizar ainda mais o monumento; abrindo o Panteão, e suas homenagens, às sugestões populares, para que a sociedade civil não apenas participe dos debates e dos projetos voltados para o Panteão de Brasília, como também para que o povo brasileiro possa estar, de fato, representado no monumento. Pois enquanto a maioria dos panteonizados for de homens, de pessoas brancas, de líderes políticos ou de comandantes militares, dificilmente o povo brasileiro se reconhecerá nessa identidade que os heróis nacionais buscam apresentar. Afinal, como diz a canção de Dori Caymmi, com letra de Paulo César Pinheiro, é preciso deixar “os ídolos de barro para os insensatos” e dar “aos verdadeiros homens, homens de verdade”³.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

BEN-AMOS, Avner. Les funérailles de Victor Hugo. In: NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire, I - La République:** Commémorations. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

BONNET, Jean-Claude. **Naissance du panthéon:** essai sur le culte des grands hommes. Paris: Fayard, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³ Trecho da música “Guararapes” de Dori Caymmi e Paulo Cesar Pinheiro, 1980.



CARVALHO NETO, Cláudio José de. **“Quem será o herói dessa nossa história? Quem vai tecer o amanhã?”**: A disputa de narrativas e representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira na Ditadura Civil-Militar. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito**. Religião Civil e Comemoracionismo. (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro, FGV, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HUYSSSE, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Panteão da Pátria**: sentidos e significados da criação de um "Lugar de Memória" para os Heróis da Nação brasileira, ao final do século XX. 31º Simpósio Nacional de História da ANPUH-Brasil, Rio de Janeiro, 2021.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire, I - La République**: Commémorations. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10., p.7-28, dez. 1993.

ORIÁ, Ricardo. Construindo o Panteão dos heróis nacionais: monumentos à República, ritos cívicos e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 3, nº6, p.43-66, 2014.

ORIÁ, Ricardo. **O Parlamento brasileiro e a construção da memória nacional**: os monumentos históricos em praça pública (1891-1986). XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.



ORÍÁ, Ricardo. História pública, comemorações e ensino de História: o centenário da República no Brasil (1989-1992). **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p.182-202, 2019.

OZOUF, Mona. Le Panthéon. In: NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire, I – La République**: Commémorations. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.